

<http://colunas.globoamazonia.com/philipfearnside/>



A Triste História da Hidrelétrica de Belo Monte III: Do EIA-RIMA Rejeitado ao Aval do Congresso

qui, 12/11/09

por Globo Amazônia /

categoria [Uncategorized](#)

Após a manifestação de Altamira em 1989 houve várias reformulações, tanto dos planos em si quanto da maneira de apresentá-los ao público. Um segundo estudo para Belo Monte foi concluído em 2002 numa “versão preliminar” pela Universidade Federal do Pará (UFPA) (1). A escolha da UFPA era altamente controversa, e a seleção foi feita em setembro de 2000 sem licitação. A explicação dada era que a UFPA era extensamente conhecida pela sua excelência técnica. Infelizmente, apesar da reputação acadêmica forte da Universidade como um todo, a organização civil de interesse público (OCIP) associada à Universidade (FADESP: Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisa), criada para obter contratos de consultoria como esse, não desfrutava a mesma reputação (2, 3). O EIA para Belo Monte, que custou R\$3,8 milhões, foi rejeitado pela justiça federal em maio de 2001. Uma liminar de outro tribunal permitiu a continuidade do estudo, assim completando versões preliminares dos relatórios(1), antes da liminar ser derrubada em 2002.

Quando a FADESP foi escolhida para fazer os estudos ambientais, este grupo tinha produzido um EIA/RIMA para a hidrovía Tocantins/Araguaia que havia sido rejeitado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como deficiente (4), e a construção da hidrovía estava sob embargo judicial por causa de “fraude” no estudo (5). A “fraude” se refere à seção

do relatório sobre os impactos prováveis da hidrovía nos povos indígenas que habitam a ilha do Bananal: a conclusão de que os impactos seriam severos tinha sido retirada do relatório a pedido dos proponentes do projeto, o que levou os antropólogos que tinham redigido a seção iniciar uma ação para ter o texto restabelecido. As falhas múltiplas no estudo de impacto ambiental(6) levaram a uma ordem judicial em junho de 1997 suspendendo as obras nessa hidrovía(7). A FADESP também tinha produzido um EIA/RIMA para a hidrovía Tapajós-Teles Pires, onde a passagem da obra por uma reserva indígena é uma das principais preocupações, mas o relatório foi rejeitado por “completa inconsistência” (8). Nada disto pressagia bem os estudos ambientais da FADESP para Belo Monte, onde assuntos indígenas é uma parte fundamental das controvérsias que cercam a obra.

Um fato marcante foi o assassinato, em 25 de agosto de 2001, de Ademir Alfeu Federicci, conhecido como “Dema”, um líder de resistência contra os planos de construção das barragens. Dema encabeçava o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu (MPDXTX). Ele é considerado na área como um mártir que foi morto por causa das suas críticas francas às represas(9). No entanto, como é freqüente em assassinatos levados a cabo por pistoleiros contratados, evidências suficientes não podiam ser juntadas para trazer o caso a julgamento.

O processo de EIA/RIMA para represas hidrelétricas sofreu um retrocesso em 2001, quando as regiões não-amazônicas do País foram sujeitas a racionamento de eletricidade e a blecautes repetidos (o “Apagão”) devido à falta de água nos reservatórios na região Central-Sul (10). O “Apagão” também ocorreu devido a uma série de decisões erradas no planejamento e administração de eletricidade (11). O Brasil tem um uso altamente ineficiente de energia(12) e há muitas oportunidades ainda não aproveitadas para provisão de energia de baixo impacto (13, 14). Em 18 de maio de 2001 o presidente Fernando Henrique Cardoso emitiu uma medida provisória que estabeleceu um tempo máximo de seis meses para conceder aprovação ambiental para projetos de energia (15). Belo Monte era o objetivo mais proeminente desta medida, que fez uso máximo da reação pública ao racionamento nos principais centros populacionais, tais como São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, os estudos ambientais não puderam ser completados no prazo impossível de seis meses, e até lá a crise tinha sido aliviada com a chegada da estação chuvosa para reencher os reservatórios hidrelétricos na região Centro-Sul. A medida provisória expirou desde então sem ter sucesso em forçar uma aprovação abreviada de Belo Monte.

Pressões para uma aprovação veloz continuaram desde 2003 sob a administração presidencial de Luis Inácio Lula da Silva. O estado do EIA/RIMA para Belo Monte era altamente ambíguo. Em

outubro de 2003, a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou que a Ministra de Energia (Dilma Roussef à época) tinha concordado que o estudo inteiro seria refeito “a partir do zero” (16). Em março de 2004 o Presidente Lula chamou os seus ministros para exigir que eles encontrassem modos para contornar impedimentos ambientais e outros para concluir projetos de infra-estrutura protelados ao longo do País, incluindo 18 barragens hidrelétricas (17). O setor elétrico passou a fingir de que o já rejeitado EIA-RIMA de 2002 tivesse resolvido os problemas, e que não restou nada para a aprovação ambiental da obra. Em setembro de 2004, Walter Fernandes Santos da Eletronorte declarou que apenas detalhes burocráticos secundários estavam faltando resolução, sendo uma questão de “encaminhamento” do processo pelo procedimento de licenciamento, e que a aprovação final era iminente (18).

Em 13 de julho de 2005 o Congresso Nacional aprovou em tempo recorde a construção de Belo Monte mesmo sem um EIA/RIMA aprovado, e logo em seguida várias ONGs entraram com uma representação na Procuradoria Geral da República contestando a decisão, e a Procuradoria da República no Estado do Pará pediu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Decreto Legislativo (no. 788), feito sem consulta às populações afetadas, entre outras falhas.

Referências

- (1) Brasil, ELETRONORTE. s/d [2002]. Complexo Hidrelétrico Belo Monte: Estudo de Impacto Ambiental- E I A. Versão preliminar. Brasília, DF: Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE), 6 vols.
- (2) Pinto, L. F. 2002. Hidrelétricas na Amazônia: Predestinação, Fatalidade ou Engodo?, Belém, Pará: Edição Jornal Pessoal. 124 p.
- (3) Pinto, L.F. 2002. “A derrota de Belo Monte.” O Estado de São Paulo. 12 de novembro de 2002. (<http://www.amazonia.org.br/arquivos/57331.pdf>).
- (4) Carvalho, R. 1999. A Amazônia rumo ao “ciclo da soja.” Amazônia Papers No. 2, São Paulo, SP: Programa Amazônia, Amigos da Terra, 8 p. (disponível de: <http://www.amazonia.org.br>).
- (5) Switkes, G. 2002. Brazilian government pushes ahead with plans for huge dam in Amazon. World Rivers Review 17(3): 12-13.

(6) FADESP. 1996. Relatório de Estudos de Impacto Ambiental – EIA, referente ao projeto de implantação da Hidrovia dos rios Tocantins, Araguaia e Mortes. Belém, Pará: Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP), Universidade Federal do Pará (UFPA), 7 vols.

(7) Switkes, G. 1999. Gouging out the heart of a river: Channelization project would destroy Brazilian rivers for cheap soybeans. *World Rivers Review* 14(3): 6-7.

(8) Pinto, L.F. 2001. “Xingu: capítulo 2. Eletronorte é derrotada pela segunda vez em suas intenções de construir uma hidrelétrica no rio Xingu.” *O Estado de São Paulo*. 26 de dezembro de 2001. (http://www.amazonia.org.br/opiniao/artigo_detail.cfm?id=14940).

(9) ISA. 2001. Entidades promovem ato de repúdio contra o assassinato de Dema. Instituto Socioambiental (ISA), São Paulo, Brazil. 30 de agosto de 2001. (Disponível de: <http://www.amazonia.org.br/noticias/noticia.cfm?id=4709>).

(10) Fearnside, P.M. 2004. A água de São Paulo e a floresta amazônica. *Ciência Hoje* 34(203): 63-65.

(11) Rosa, L.P. 2003. *O Apagão: Por que veio? Como sair dele?* Rio de Janeiro, RJ: Editora Revan, 128 p.

(12) Goldemberg, J., Johansson, T.B., Reddy, A K.N. & Williams, R.H. 1985. Basic needs and much more with one kilowatt per capita. *Ambio* 14(4-5): 190-200.

(13) Bermann, C. 2002. *O Brasil não precisa de Belo Monte*. São Paulo, SP: Amigos da Terra- Amazônia Brasileira, 4 p. (http://www.amazonia.org.br/opiniao/artigo_detail.cfm?id=14820).

(14) Ortiz, L S. (ed.) 2002. *Fontes Alternativas de Energia e Eficiência Energética: Opção para uma Política Energética Sustentável no Brasil*. Campo Grande, MS: Coalizão Rios Vivos & Fundação Heinrich Böll. 207 p.

(15) *Gazeta Mercantil* [Brasília]. 2001. “Energia: MP fixa prazos para licenças ambientais.” 15 de maio de 2001. (<http://www.gazetamercantil.com.br>).

(16) *O Globo* [Rio de Janeiro]. 2003. “Estudos para construção da UHE Belo Monte serão refeitos”. 21 de outubro de 2003, *O País*, p. 11.

(17) Amazonas em Tempo [Manaus]. 2004. Lula quer a retomada de obras paralisadas. 21 de março de 2004. p. A-7.

(18) Santos, W.F. 2004. Os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. II Feira Internacional da Amazônia, II Jornada de Seminários Internacionais sobre Desenvolvimento Amazônico, Manaus, AM. 17 de setembro de 2004.

(Tradução abreviada e atualizada Fearnside, P.M., 2006. Dams in the Amazon: Belo Monte and Brazil's Hydroelectric Development of the Xingu River Basin. *Environmental Management* 38(1): 16-27).

Mais informações estão disponíveis em <http://philip.inpa.gov.br>.